



Anais da Assembléia

NOV 1990 5

Nº 131 CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 01 DE NOVEMBRO DE 1990 ANO XVI

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 072/90

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA
ATA DA 15.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 01 DE NOVEMBRO DE 1990
(QUINTA-FEIRA)

DATA: 22.10.90

SÚMULA: Autoriza a realização de Plebiscito, na área que especifica no município de Terra Boa, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Malu.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no município de Terra Boa, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Malu.

"Ponto de partida na foz do rio Claro no rio Ivaí. Sobe pelo rio Claro até a divisa reta e seca com o município de Engenheiro Beltrão, segue por esta e pela divisa entre os Lotes Rurais 310/A, 221, 206, 205, 190 e 1 (todos inclusive) até o ribeirão I - bertioga, sobe por este até a divisa entre os Lotes Rurais 466 (inclusive) com 96 (exclusive) segue por esta até a Estrada Palmeira e por esta até a divisa reta e seca com o município de Jussara, segue por esta até o rio Ivaí, sobe por este até a foz do rio Claro, ponto de partida."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE MALU

"Começa na saída para Terra Boa, no cruzamento da rua Santo Antonio, segue daí pela rua Santo Antonio rumo Oeste, atravessando a rua Palmital até encontrar o canto da data nº 1 da Quadra nº 16, segue daí rumo Norte contornando os lotes da Quadra nº 16, 13, até encontrar a rua Paraná, daí por esta rumo Leste, até encontrar a rua Presidente Castelo Branco, na saída para Maringá. Junto a rua Terra Boa, segue daí rumo Sul, pela rua Terra Boa, até encontrar a rua Santo Antonio, daí por esta rumo Oeste até encontrar a estrada para Terra Boa, ponto inicial."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.10.90

ANIBAL KHURY
Presidente

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Felinto, Luiz Antônio Setti, Nereu Carlos Massignan, Paulino José Delazeri e Valderi Mendes Vilela (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da liminar concedida pelo Desembargador Lenz César.

PODER JUDICIÁRIO

Nº 238/90

O.E.

Curitiba, 31 de outubro de 1990.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, nos termos do despacho reproduzido em anexo, concedi a liminar pleiteada nos autos de Mandado de Segurança nº 14093-4, de Curitiba, em que

figura como impetrante Arleir Tillfrid Ferrari Júnior, sendo impetrado o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Encaminho, outrossim, cópias da inicial e dos documentos que a acompanham, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, sejam prestadas as informações necessárias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) Des. LENZ CÉSAR

Relator

Excelentíssimo Senhor

Deputado ANIBAL KHURY

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná

N/CAPITAL

"Excelentíssimo Senhor Doutor

Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná

Curitiba - PR"

ARLEIR TILLFRID FERRARI JÚNIOR, brasileiro, casado, Deputado Estadual, com assento na Assembléia Legislativa do Paraná, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Curitiba - PR, através do procurador judicial infra-assinado (mandato incluso - doc. 01) advogado inscrito na OAB/PR nº 4.527, com escritório profissional à rua Dep. Néo Alves Martins, nº 3.415, 6º andar, conj. 601 e 602, em Maringá - PR, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, Impetrar Mandado de Segurança contra o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Estadual ANIBAL KHURY, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta Capital, encontrado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Centro Cívico, pelos fatos e fundamentos jurídicos seguintes:

I - DOS FATOS

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, remeteu à Assembléia Legislativa do Estado, as Mensagens nº 164/90, 169/90 e 173/90. A primeira autoriza um Crédito Suplementar de Cr\$ 833.410.000,00, para a Secretaria de Estado da Educação; a segunda aprova os Créditos Suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei nº 9.173 de 27/12/89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 e finalmente a terceira visando aprovar Crédito Suplementar na ordem de Cr\$ 2.206.956.504,00. As sobreditas Mensagens receberam na Assembléia Legislativa a anotação: Projeto de Lei nº 470/90, Projeto de Lei nº 498/90 e Projeto de Lei nº 494/90 (docs. 02 a 04);

A Constituição Federal em art. 166, em seu "caput" estabelece que os projetos de lei relativos aos créditos adicionais serão apreciadas pelas duas Casas do Con-

gresso Nacional, na forma do regimento comum. Idêntico dispositivo adotou a Constituição Estadual do Paraná em art. 134, afirmando outrossim no parágrafo 2º (segundo) que as emendas deverão ser apresentadas na forma regimental;

3. Na espécie vertente o Impetrado - autoridade coatora - não obedeceu a Constituição Federal, Estadual e tampouco o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, pois em 15.10, o Deputado Caíto Quintana requereu "urgência" em projetos que não são de sua autoria, e ao mesmo tempo formulou pedido de inclusão dos próprios na "ordem do dia" e conseqüente transformação da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer das Mensagens;

4. Atendida a solicitação (requerimento) do aludido Deputado, o Excelentíssimo Presidente da Assembléia, colocou os Projetos de Lei em primeira discussão no dia 24.10, próximo passado;

5. Simples inspeção visual e confronto dos indigitados projetos de lei à luz do Regimento Interno da Assembléia, traz à evidência que as normas regimentais foram totalmente abandonadas, desrespeitadas e esquecidas, para se aprovar as iniciativas legislativas do Excelentíssimo Senhor Governador. Não se discute o mérito dos Projetos nesta oportunidade, mas, o direito individual de todo Deputado e cidadão na análise, estudo e compreensão de matérias tão significativas a vida da Administração Pública Estadual;

6. A Resolução nº 11/60, com as alterações posteriores, sendo a responsável pela modificação do texto consolidado do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado, traz em seu bojo os seguintes artigos que interessam a questão em desate:

Art. 25 - São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento:

...

II - abrir e encerrar as sessões, manter a ordem e fazer observar o Regimento;

...

XV - promover e regular a publicação dos debates e de todos os trabalhos e atos da Assembléia, bem como das proposições promulgadas;

Art. 35 - A Assembléia poderá constituir-se em Comissão Geral para o estudo de qualquer assunto, ou outro fim determinado, desde que a sua maioria o resolva, a requerimento escrito de qualquer deputado.

...

Art. 64 - A Comissão Geral será presidida pela Mesa e se regerá pelas mesmas disposições aplicáveis à Assembléia.

...

Art. 113 - Denomina-se interstício o prazo decorrente entre dois atos consecutivos referentes a uma mesma proposição.

Art. 182 - Recebido pela Mesa o Projeto de Orçamento, será independentemente de leitura, mandado publicar para ser distribuído em avulsos pelos Deputados, diligências que deverão ser ultimadas dentro do prazo improrrogável de 8 dias.

Art. 190 - Recebido o Projeto de Lei orçamentária, o Presidente comunicará a sua recepção ao Plenário em qualquer momento da sessão, determinando, em seguida, a sua publicação (em avulso) e remessa à Comissão de Orçamento.

Art. 191 - Durante 10 (dez) dias, contados da data da distribuição dos avulsos do Projeto ficará ele, na comissão de orçamento, aguardando a apresentação de emenda.

7. Confere-se, Insígne Presidente, que o interstício de que trata o Regimento Interno da Assembléia Legislativa é exatamente para propiciar o conhecimento da matéria pelos senhores Deputados e demais pessoas interessadas em apresentar emendas ou subsídios e sobretudo demonstrar a transparência dos atos da Administração Pública;

8. Finalmente, é de se acrescentar que o processo legislativo vem delineado na Constituição Federal em artigos 59 a 69, e na Constituição Estadual nos artigos 63 a 73, e na esteira do artigo 134 § 6º, aplica-se nele (processo legislativo) aos projetos que dispõem sobre orçamento e abertura de créditos;

9. Inobstante a clareza do Regimento Interno, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, autoridade coatora, apesar de publicar avulsos, conforme determina o art. 190, e entregá-lo aos Deputados, a partir de então deixou de obedecer o rito ou procedimento estabelecido no processo legislativo, enviando os Projetos de Lei ao Plenário para 1ª Discussão, sem observar o interstício de 10 (dez) dias (Art. 191) regimental, para que os senhores Deputados apresentassem as emendas na respectiva Comissão Geral;

10. O fato de se constituir uma Comissão Geral para análise e parecer dos Projetos de Lei, não implica em desatender as demais exigências e normas regimentais. O Impetrado, ao enviar os projetos de lei a Plenário antes de dez dias impediu a apresentação de emendas, tolhendo assim o direito dever individual do Impetrante, de examinar e fiscalizar a aplicação do dinheiro público e constatar a legalidade e constitucionalidade dos projetos de lei;

11. Aliás, o art. 134, § 3º, II, "b",

da Constituição Estadual, veda a apresentação de Emendas que incidam sobre o "serviço da dívida", o que demonstra de forma inequívoca que também o Projeto de Lei que a exclui a contrário senso mostra-se inconstitucional. É o que se dá com o Projeto de Lei nº 498/90;

12. Insta acrescentar, Emérito Presidente, que na esteira dos artigos 43, "caput" e parágrafos da Lei Federal nº 4.320/64, a abertura dos créditos suplementares e especiais será precedida de exposição justificativa, o que inexistente nas mensagens do Poder Executivo. Outrossim, as Mensagens deveriam comprovar o "excesso de arrecadação" e conseqüentemente a existência de recurso, conforme exige e expressam as Constituições Federal (art. 167, V) e Estadual (art. 135, V);

13. Vê-se que além dos dispositivos acima apresentados as Mensagens e respectivos Projetos de Lei, ofendem frontalmente os artigos 29, 30, 43, "caput" e § 3º, todos da Lei nº 4.320/64, correndo-se o risco de ao cancelar o "serviço da dívida externa" dar um calote nos credores e quanto ao mais, votar e aprovar leis ilegais e inconstitucionais. Se não houvesse o desrespeito ao Regimento Interno, todas essas matérias ilegais e inconstitucionais poderiam ser dirimidas e expungidas do Projeto de Lei através de emendas. Entretanto, o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, tolhe o trabalho e liberdade do Deputado Impetrante e de forma inusitada descumpe o Regimento Interno, conforme esclarece a certidão de informações em anexo.

II - DO DIREITO

1. A atribuição precípua do deputado é a apresentação de projetos de leis, decretos legislativos e resoluções a Assembléia Legislativa, com a conseqüente participação na sua discussão, e votação. Como membro da corporação legislativa, tem o direito de participar de todos os seus trabalhos e sessões, de votar e ser votado para os cargos da Mesa e integrar Comissões na forma regimental, sem o que não poderá desempenhar plenamente a representação popular de que está investido.

2. A participação efetiva nos trabalhos da Assembléia Legislativa tem para o deputado o caráter dúplico do direito - dever. É direito individual resultante de sua investidura no mandato; é dever público para com a coletividade que o elegeu com seu representante e que, por isso mesmo, o quer atuante em defesa dos interesses coletivos.

3. Quanto à atividade da Assembléia, o Deputado não só tem o direito de partici-

par dela, na forma regimental, como tem qualidade para impedir, até mesmo por via judicial, qualquer desrespeito ao Regimento, que é a Lei da Casa.

4. Os tribunais têm decidido que os atos praticados ao arrepio das normas regimentais, são nulos, e essa nulidade pode ser reconhecida e declarada pelo Judiciário, a pedido de qualquer Deputado em exercício, desde que comprove a ilegalidade. É o que se colhe em Revista dos Tribunais vols. 180/631 e 185/773.

5. Como vimos anteriormente, a interpretação e aplicação do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná constitui normal atribuição do Senhor Presidente, ora Impetrado. Interpretar é extrair do texto regimental seu verdadeiro sentido, explícito ou implícito na disposição em exame.

6. Na atribuição de interpretar não se contém a de inovar, ou criar disposição regimental inexistente. Interpretar é somente aclarar o que está obscuro, é precisar o que está impreciso, e não estabelecer norma inexistente no texto a ser aplicado.

7. Além de interpretar o Regimento Interno, compete ao Presidente cumprir e fazer cumprir as suas disposições pelos Deputados, pelo Plenário e pelas comissões permanentes e especiais que forem criadas.

8. Desatendendo o Regimento Interno, as leis correm o risco de apresentarem defeitos insanáveis na sua elaboração. Indiscutivelmente, nenhuma lei pode ingressar no mundo jurídico se não for elaborada com estrita observância das regras ditadas pela Constituição Federal e estadual reguladores, portanto, do processo legislativo. A esse respeito o notável Francisco Campos ensina:

"Desde que a lei ou o ato de um dos poderes se encontre em conflito aberto e manifesto com a Constituição, quer pela natureza dos poderes utilizados na emanação da lei ou na produção do ato, quer por inobservar as formalidades prescritas na Constituição, incorrem ato e lei, na censura do Judiciário, que lhes deverá decretar a nulidade ou a inaplicabilidade por inconstitucionais". ("In "Direito Constitucional, edição 1965, vol. I, pág. 401).

9. Deste modo, a Constituição Federal tem a primazia e a prevalência, como ápice da pirâmide legal, plasma, formal e material do sistema jurídico, principalmente quando se trata de uma Constituição rígida como é a nossa. A inconstitucionalidade e,

portanto, inafastável, quer se trate de leis constitucionais ou ordinárias.

10. Assim, todas as leis na sua elaboração devem estar em plena e total consonância com a ordem jurídica, amoldando-se a técnica legislativa e os trâmites, disposições como sóe ser o Regimento Interno da Assembleia Legislativa - emanadas do Legislativo. Atendendo rigorosamente a elaboração legislativa estarão os Deputados, no caso concreto, zelando pela constitucionalidade das leis e também, garantindo a eficácia delas na órbita administrativa.

11. Todos devem respeito à ordem constitucional vigente. Ela a todos obriga, seja a quem legisla e a quem tem o dever de cumprir as leis. A inconstitucionalidade, por sua vez, decorre de vício, meramente formal, pertinente a elaboração e expedição da norma, como também quando a norma apresenta um vício material.

12. Na espécie vertente, o Excelentíssimo Presidente da Assembleia Legislativa, não cumpre o Regimento Interno, abolindo os prazos regimentais e interstícios que possibilitam ao Impetrante e demais Deputados, o exame da matéria e conseqüente apresentação de emendas aos Projetos, visando impedir a aprovação de leis inconstitucionais, ilegais e comprometedoras do erário público.

13. Manuel Gonçalves Ferreira Filho, notável Constitucionalista, traz à baila ensinamentos que se amoldam como luva a questão ora articulada, In verbis:

"No procedimento normal, o projeto depois de submetido ao exame de comissão ou comissões, na forma regimental, é posto em discussão e a seguir votado, sempre na forma regimental.

"A validade de qualquer ato derivado da Constituição, portanto, depende de sua concordância com a Constituição.

Depende, mais precisamente, da observância dos requisitos formais e substanciais estabelecidos na Constituição. É isso que ensina Alfredo Buzaid, esclarecendo, com a limpidez que lhe é peculiar, que os requisitos formais concernem, do ponto de vista subjetivo do órgão competente, da onde emana a lei; e, do ponto de vista objetivo, a observância da forma, prazo e rito prescrito para sua elaboração; os requisitos substanciais se referem ao respeito aos direitos assegurados pela Constituição, ou à inexistência de violação as garantias constitucionais.

Ora, de modo algum há regras jurídicas menos fortes no texto constitucional, reconhece Pontes de Miranda, de modo que

tanto é inconstitucional o ato que foi editado com descumprimento dos requisitos formais, quanto o que fere direitos ou garantias asseguradas pela Constituição." (Direito Constitucional, atualizado de acordo com a Constituição de 1988, pág. 169 a 171).

14. Aplicando a lição acima ao caso concreto, resta de forma clara e precisa a obrigatoriedade de se observar rigorosamente o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, na elaboração das Leis, sobretudo:

a - os Projetos deveriam obrigatoriamente figurar na ou em pauta, conforme determina o artigo 98, "caput" e § 1º do Regimento Interno.

b - as Mensagens que deram origem aos Projetos de Leis, não trazem "exposição justificativa, conforme exige a Lei Federal nº 4320, de 1964, em arts. 29, 30 e 43, § 3º, e arts. 167, V (CF) e 135 (CE);

c - deveria ser aguardado o prazo de dez (10) dias, afim de possibilitar aos Deputados a apresentação de Emendas, conforme prescreve o 191, "caput" do Regimento Interno da Assembléia;

15. Não paira qualquer dúvida, Emérito Presidente, que a autoridade coatora, impediu ao desrespeitar o Regimento Interno, que o Impetrante e outros Deputados apresentassem Emendas e analisassem os Projetos de Lei.

III- DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DE LIMINAR

1. A consequência da manifesta ilegalidade do ato praticado pelo Impetrado, acarreta ao Impetrante a ameaça de que os Projetos de Lei, não tramitar sem oferecer oportunidade de apresentarem Emendas, direito líquido e certo conferido a todos os Deputados, razão suficiente para concessão da liminar, até o julgamento definitivo, pelos fundamentos do art. 7º, II da Lei 1533/51, impedindo assim, a prática de atos pela autoridade coatora, que possam resultar na ineficácia do "writ" se ao final concedido, dada as sanções que desses atos suportaria o Impetrante, em lesão de seu direito líquido e certo.

2. Outrossim, a concessão da liminar visa impedir a continuação dos trabalhos da Assembléia Legislativa realizados em desconformidade com seu Regimento Interno.

IV - DO PEDIDO

1. Pelo exposto, requer a Vossa Excelência, após a concessão da liminar acima requerida, digne-se em mandar notificar a

autoridade Impetrada, Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Anibal Khury, inicialmente nomeado e qualificado, para prestar as informações que tiver no prazo de dez dias e, após ouvido a Procuradoria ou representante do Ministério Público, requer a concessão definitiva da segurança para determinar que o Impetrado suspenda incontinenti a tramitação dos Projetos de Lei nº 470/90, 498/90 e 494/90, anulando-se os atos já praticados em desconformidade com o Regimento Interno, conferindo ao Impetrante e demais Deputados prazo legal e regimental para apresentação de emendas.

2. Seja com a concessão da liminar e consequente imediata suspensão dos atos inquinados de vício - o que deve se dar antes da votação dos Projetos de Lei - e posterior confirmação definitiva da segurança, Vossa Excelência, estará garantindo o direito líquido e certo conferido ao Impetrante, de na condição de deputado estadual e no pleno exercício de seu mandato, apresentar emendas aos Projetos de Lei, e fazer com que o Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, cumpra rigorosamente o Regimento Interno, pois o fato de se constituir uma Comissão Geral para emitir parecer sobre a matéria não implica de abolir o direito de emenda e nem a redução dos prazos regimentais.

3. Requer, face a urgência, pela posterior juntada do instrumento de procuração no prazo de quinze (15) dias.

Dá-se à presente para fins legais o valor de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Termos em que,
Pede Deferimento.

Curitiba, 30 de outubro de 1990.
(a) pp.OSMAR MARGARIDO DOS SANTOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR
ABRAHÃO MIGUEL
DIGNÍSSIMO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ.

ARLEIR TILLFRID FERRARI JÚNIOR, ora impetrante do presente Mandado de Segurança, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, requerer se digne ordenar o procedimento de sorteio da referida Segurança, independente do horário regular, face a urgência na apreciação da liminar requerida.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Curitiba, 31 de outubro de 1990.

(a) ARLEIR TILLFRID FERRARI JÚNIOR

Senhor Presidente.

Arleir Tillfrid Ferrari Júnior, brasileiro, casado, deputado estadual com assento nesta Casa, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, solicitar as seguintes informações:

1º- Os Projetos de Lei n.ºs 470/90, 494/90 e 498/90, foram após sua recepção por esta Casa, publicados em avulsos conforme determina o art. 190, do Regimento Interno?

2º- Os Projetos em tela ficaram na Comissão Geral da Assembléia (orçamento) durante 10 (dez) dias, aguardando apresentação de emendas, conforme exige o art. 191 do R.I.?

3º- Os deputados e terceiros interessados tiveram o prazo de 10 (dez) dias para apresentarem emendas aos projetos após o envio dos mesmos à Comissão?

4º- Os projetos 470/90, 494/90 e 498/90, permaneceram quantos dias na pauta, como determina o art. 98, § 1º do Regimento Interno?

5º- O autor dos projetos de Lei (Governador), solicitou urgência conforme dispõe o art. 66, § 1º, da Constituição Estadual?

6º- Qual deputado pediu regime de urgência aos citados projetos; em que dia e quando entrou na Ordem do Dia já com o parecer do relator, Deputado Eduardo Baggio?

Sala das Sessões, em
01 de novembro de 1990.

(a) FERRARI JÚNIOR

Senhor 1º Secretário:

Com referência ao solicitado, temos a informar, consoante os itens, a seguir:

1º - Os projetos de lei n.ºs 470/90, 494/90 e 498/90, oriundos respectivamente das mensagens n.ºs 164/90, 173/90 e 169/90 foram publicados nos Diários da Assembléia n.ºs 103 de 3 de setembro/90, no 119, digo, e as Mensagens 173 e 169/90, no DA. n.º 119, de 11 de outubro/90;

2º- Esta diretoria não tem conhecimento de abertura de prazos para emendas aos Projetos;

3º - Vale a resposta ao item anterior;

4º - Os projetos não figuraram Pauta;

5º - Nas Mensagens não consta a solicitação de urgência pelo Senhor Governador.

6º - O Senhor Deputado Caíto Quintana, requereu e foi aprovado em Plenário, 15.10.90, Regime de Urgência, inclusive na Ordem do Dia e transformação da Assembléia em Comissão Geral, conforme consta do Protocolo n.º 8560/90.

Consta que os referidos Projetos entraram em 1.ª Discussão no dia 24.10.90.

Foi aprovado em 1.ª Discussão nesta sessão, ou seja 30.10.90.

Em 30.10.90.

(a) D.L.

Encaminhe-se ao Gabinete do Deputado Ferrari em 30.10.90.

GAZETA DO POVO
20.10.90

DEFESA DE ANIBAL

Em pronunciamento feito durante a sessão de ontem, o Deputado José Rogério promoveu a defesa do Deputado Anibal Khury, presidente do Legislativo paranaense, acusado de retardar a votação do orçamento.

Segundo José Rogério - que ressaltou que vai votar em favor do pedido governamental de suplementação - Anibal não só acolheu os pedidos como providenciou sua tramitação acelerada até desconsiderando algumas normas regimentais.

"Mas o que precisa ficar claro é que deputados não trabalham sob pressão, principalmente quando injusta e indevida", assinalou José Rogério.

Mensagens:

MENSAGEM N.º 186/90

Curitiba, 30 de outubro de 1990.

Excelentíssimo Senhor
Presidente da Assembléia Legislativa
Excelentíssimos Senhores Deputados.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, Anteprojeto de Lei que aprova crédito suplementar, no valor de Cr\$ 296.321.938,00 (duzentos e noventa e seis milhões, trezentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e oito cruzeiros) destinados a atender despesas da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Esclareço que do valor a ser suplementado, podemos destacar:

Cr\$ 80.000.000,00 - Para o Policiamento Civil, principalmente, combustível, peças, água, luz, telefone e alimentação para presos.

Cr\$ 65.000.000,00 - Para o Policiamento Ostensivo no Interior do Estado, compreendendo combustível, alimentação, água, luz, telefone e reparos em bens móveis.

Cr\$ 29.000.000,00 - Para o Corpo de Bombeiros, sendo destinados a combustível, alimentação, material para acampamento, água, luz e telefone.

ANEXO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR	VALOR	VALOR
4104	DEPARTAMENTO DA POLICIA CIVIL	3132.00100ILI	1.200.000	110701	
2035	COORDENACAO E EXECUCAO DO	3231.00100ILI	3.800.000	110701	
	IPOLICIAMENTO CIVIL	3120.00100ILI	25.000.000	110701	
4106	INSTITUTO MEDICO-LEGAL	3132.00100ILI	30.000.000	110701	
2037	PERICIAS MEDICO-LEGAIS	3120.00100ILI	2.500.000	110701	
4107	INSTITUTO DE CRIMINALISTICA	3132.00100ILI	7.000.000	110701	
2038	PERICIAS E PESQUISAS	3120.00100ILI	4.000.000	110701	
	ICRIMINALISTICAS	3132.00100ILI	4.000.000	110701	
4108	ESCOLA DE POLICIA	3120.00100ILI	3.000.000	110701	
2039	TREINAMENTO DO PESSOAL DA POLICIA	3132.00100ILI	7.000.000	110701	
	ICIVIL	3120.00100ILI	9.000.000	110701	
4109	COMANDO GERAL DA POLICIA MILITAR	3132.00100ILI	20.000.000	110701	
2040	ADMINISTRACAO GERAL E SERVICOS DE	3120.00100ILI	5.000.000	110701	
	IAPOIO	3132.00100ILI	45.000.000	110701	
2041	MANUTENCAO DO HOSPITAL DA POLICIA	3120.00100ILI	20.000.000	110701	
	IMILITAR	3132.00100ILI	1.100.000	110701	
4111	COMANDO DO POLICIAMENTO DO	3120.00100ILI	1.900.000	110701	
	INTERIOR	3132.00100ILI	3.000.000	110701	
2043	POLICIAMENTO OSTENSIVO NO	3120.00100ILI	900.000	110701	
	INTERIOR DO ESTADO	3132.00100ILI	10.000.000	110701	
2046	POLICIAMENTO RODOVIARIO	3120.00100ILI	7.000.000	110701	
2047	POLICIAMENTO FLORESTAL	3132.00100ILI	1.000.000	110701	
4112	CORPO DE BOMBEIROS	3120.00100ILI	4.000.000	110701	
2044	SERVICOS DE BOMBEIROS	3132.00100ILI			
4113	ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO	3120.00100ILI			
	IGUATUPE	3132.00100ILI			
2045	TREINAMENTO DO PESSOAL DA POLICIA	3120.00100ILI			
	IMILITAR	3132.00100ILI			

CANCELAMENTO	A N E X O I I	FL. 03
	ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI	CR\$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI	IPROCI	ICOP
3100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I	
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I	
	IMEIO-AMBIENTE	I	I I I		I	I	
		I	I I I		I	I	
3101	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I	I	
1052	IFUNDO DE AGUA E ESGOTOS - FAE/PR	I	4313.00 I 20 I I	244.327.275	I 1070 I		
3102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I	
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	
1056	ISISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA	I	I I I		I	I	
	IE DE COLETA E DEPURACAO DE	I	I I I		I	I	
	IESGOTOS - SANEPAR	I	4262.00 I 20 I I	51.994.663	I 1070 I		

T O T A L I 296.321.938 I

bem como a aquisição de nova unidade de CPU, para o Centro de Processamento de Dados do Tribunal de Justiça.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida suplementação são provenientes do cancelamento de dotações dos próprios órgãos.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI N° 546/90

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 51.500.000,00 (cinquenta e um milhões e quinhentos mil

cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989, dos quais Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros), para atender despesas da Assembleia Legislativa, e Cr\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender despesas do Tribunal de Justiça, conforme anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações dos próprios órgãos, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IN.DOI	
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
0100	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
0101	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
2268	PROCESSO LEGISLATIVO	I	I I I		I I
		I	3251.00100ILI	22.000.000	109671
		I	3252.00100ILI	5.000.000	109671
0500	TRIBUNAL DE JUSTICA	I	I I I		I I
0501	TRIBUNAL DE JUSTICA	I	I I I		I I
1148	EQUIPAMENTOS PARA O TRIBUNAL DE JUSTICA	I	I I I		I I
		I	4120.00100ILI	20.000.000	109671
2272	ATIVIDADES JUDICIARIAS - TJ	I	3259.00100ILI	1.000.000	109671
2273	ATENDIMENTO A INATIVOS E PENSIONISTAS - TJ	I	I I I		I I
		I	3252.00100ILI	2.500.000	109671
		I	3259.00100ILI	1.000.000	109671
TOTAL				51.500.000	I
CANCELAMENTO		ANEXO I I		FL. 01	
		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	IN.DOI	
I	I	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
0100	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
0101	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	I	I I I		I I
2268	PROCESSO LEGISLATIVO	I	I I I		I I
		I	4110.00100ILI	12.000.000	109671
		I	4120.00100ILI	15.000.000	109671
0500	TRIBUNAL DE JUSTICA	I	I I I		I I
		I	I I I		I I

I CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 02	I
I		ANEXO AO ANTEPROJETO DE LEI		CRS 1,00	I
I		INATUREZA I		IL I	IN.DO I
I		I DA IFT I		VALOR	I PROC I
I		I DESPESA I		IRI	I COP I
I 0501 I		I I I I			I I
I 1149 I		I I I I			I I
I 1 JUSTICA		I 4110.00 I 00 I		24.500.000	10967 I
		T O T A L I		51.500.000	I

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob os n.^{os} DTL/SAT/297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308 e 309/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

439/90: Do PODER EXECUTIVO, que altera a partir de 1º de setembro de 1990, os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata a Lei n° 6.417/73, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.408.

Anote-se. Arquite-se.

510/90: Do PODER EXECUTIVO, que eleva, conforme especifica, o percentual da gratificação de que trata o art. 92, da Lei Complementar n° 14/82, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.409.

Anote-se. Arquite-se.

512/90: Do PODER EXECUTIVO, que altera, a partir de 1º de outubro de 1990, os percentuais da Gratificação Policial Militar Especial, de que trata a Lei n° 6.417/73, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.410.

Anote-se. Arquite-se.

452/90: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a abertura de um crédito suplementar ao Orçamento Próprio da Fundação Teatro Guaíra - FGT, no valor de Cr\$ 25.865.373,00 (vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e três cruzeiros), conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.411.

Anote-se. Arquite-se.

382/90: Do PODER EXECUTIVO, que concede à MARIA RODRIGUES DA SILVA, viúva do ex-Prefeito de Jardim Alegre, JOSÉ LOPES DA SILVA, uma pensão mensal no valor de Cr\$ 7.715,52, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.412.

Anote-se. Arquite-se.

366/90: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", de Florestópolis, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.413.

Anote-se. Arquite-se.

419/90: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o "Grêmio dos Funcionários do Santa Mônica Clube de Campo", com sede e foro no Município de Colombo, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.414.

Anote-se. Arquite-se.

478/90: De autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que declara de Utilidade Pública Estadual a APAE - Associação de Pais Amigos dos Excepcionais de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.415.

Anote-se. Arquite-se.

477/90: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná "post mortem" ao Deputado MÁRIO BATISTA DE BARROS, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.416.

Anote-se. Arquite-se.

057/89: De autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficiente, com sede e foro em Palmeira, nesta Estado, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.417.

Anote-se. Arquite-se.

008/89: De autoria do Deputado RAFAEL GRECA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Marechal Rondon - A.M.C.M.R., com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.418.

Anote-se. Arquite-se.

213/90: De autoria do Deputado NAMIR PIA-

CENTINI, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Peritos Oficiais, Detetives e Escrivães, Datiloscopistas, Identificadores Datiloscópicos, Técnicos e Operadores em Telecomunicações, Carcereiros e Auxiliares de Necrópsia da Polícia Civil do Estado do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.419.

Anote-se. Arquite-se.

511/90: Do PODER EXECUTIVO, que dá nova redação ao art. 72, da Lei n° 6.417/73, que trata do valor da etapa aos integrantes da PMPR, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.421.

Anote-se. Arquite-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para os Projetos de Lei n. 498, 494 e 470/90, na Ordem do Dia desta Sessão.

Sala das Sessões, em 01.11.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 2473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n. 365/90 e 515/90.

Sala das Sessões, em 01.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 549/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE ARTESÃOS DO PARANÁ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.11.90.

RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei visa declarar de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE ARTESÃOS DO PARANÁ.

Através de nossa medida procuramos enaltecer a cultura paranista representada aqui pelos artesãos, que tanto têm contri-

buído com seu valioso trabalho.

A artesanía, como se sabe, tem sido de enorme valia em nosso cotidiano, complementando com criatividade a vida humana.

Assim sendo, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Casa para a devida aprovação deste nosso projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Em consequência da liminar concedida pelo Desembargador Lenz César, a Mesa retira da Ordem do Dia os projetos de suplementação de verba até que o Relator, o Tribunal decidam a sua matéria.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, solicito cópia da liminar concedida pelo Senhor Desembargador Lenz César.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência a terá.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência terá, segundo eu entendi, um prazo de até dez dias para prestar informações para o Tribunal de Justiça.

Eu requeiro de Vossa Excelência que, atendendo até um clamor desta Casa, se constituam as Comissões que estão pendentes ainda na Assembléia Legislativa e que a Comissão de Justiça, Senhor Presidente, dê, em nome desta Casa, um parecer sobre essa posição tomada pela Justiça num mandado de segurança, que eu, como Deputado dentro do que me garante a Constituição da República Federativa do Brasil, tomei, e que a justiça houve por bem conceder a liminar.

Eu solicito a Vossa Excelência que proceda desta forma.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai decidir sobre a matéria e não vai encaminhar à Comissão de Justiça, vai defender a sua posição no prazo de três ou quatro dias no máximo.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Pela posição de Vossa Excelência e para marcar também o meu desejo de que uma Comissão competente desta Casa dê o Parecer, que na minha maneira de ver, todo esse problema foi criado por problemas de Comissão desta Casa; eu acho que Vossa Excelência poderia colocar à decisão do Plenário. Se o Plenário entender que não deve mandar à Comissão, tudo bem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Ferrari Júnior, embora tenha conseguido uma liminar, me

surpreende uma vez mais com o desconhecimento a respeito do procedimento da própria informação à Mesa.

Comissão de Constituição e Justiça não tem nada a ver contra um ato, uma liminar conseguida por Vossa Excelência contra um ato da Mesa de ter posto em votação uma matéria.

Quem tem que praticar esta posição, defender esta posição é a Mesa da Assembléia Legislativa, legitimamente eleita, porque é contra o Poder a decisão do Poder.

Não é a Comissão de Constituição e Justiça que agora vai se reunir por dez dias, no parecer de Vossa Excelência para apreciar o fato, para depois dizer à Comissão Executiva o que ela deve fazer, se ela está certa ou errada.

Nós temos que definitivamente utilizar os advogados desta Casa para mostrarmos uma decisão, que eu não quero ser precipitado, Deputado Ferrari Júnior, mas sinceramente eu achei que não viveria para ver um ato como este.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quando peço a Vossa Excelência para ouvir o Plenário sobre a Comissão de Justiça, é porque eu entendo que Comissão deve ter valor. Eu estou entendendo que realmente Comissão não tem valor nenhum nesta Casa. Então, eu mantenho a minha posição para que Vossa Excelência solicite ...

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero me congratular com Vossa Excelência pela decisão serena e equilibrada que acaba de tomar.

Não há nada que o Plenário possa decidir. É uma decisão da justiça. O Deputado Ferrari Júnior está se babando em glória efêmeras. Primeiro porque quando ele propôs a apresentação de um substitutivo à mensagem governamental, ele não enxergou nenhum impedimento de ordem regimental ou legal. Estava tudo bem, se fosse aceito o seu substitutivo. Como não foi, "bode velho não cansa".

Ele está prejudicando todo o Paraná. Ele sabe que a matéria é perfeitamente legal. Não há nenhum deferimento a se esperar do Plenário da decisão de Vossa Excelência, que é sábia, que é correta, que eu confio em Vossa Excelência, que vai mostrar ao Tribunal de Justiça que durante este ano a Assembléia Legislativa só legislou com pareceres transformados em Comissão Geral. Não será agora no final, no apagar das luzes desta Legislatura que irá se modificar e se constituir Comissões. Eu confio no alto descortino de Vossa Excelência, e tenho absoluta certeza de que o mandato de segurança será denegado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - (Pela Ordem) - Eu gostaria de fazer uma observação, Senhor Presidente, que nós não temos nenhum problema com a Comissão Geral da Assembléia. Eu acho...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Vossa Excelência tem problema é com o ódio velho que Vossa Excelência carrega no coração. Vossa Excelência é um homem odioso, é um homem odioso.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Deputado, o que eu tenho contra é que nós fazemos leis, está escrito no Regimento Interno, assim entendeu o Tribunal, se não seguirmos o Regimento Interno... isto aqui é uma Casa de Leis. Isto aqui não é curral do Palácio...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Ah! Vossa Excelência cansou de votar leis aqui com Parecer da Comissão Geral. Deixa de ser demagogo. Deixa de ser demagogo. Cansou de votar leis aqui com Parecer da Comissão Geral. Deixa de demagogia...

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Isto não é curral do Palácio. Respeite a justiça...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desde os meus primeiros bancos escolares que freqüentei durante a minha vida, sempre aprendi que existem três Poderes: o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. E ao recebermos esta educação no nosso banco escolar, nós aprendemos que temos que respeitar os Poderes constituídos. Não entro no mérito da questão jurídica, mas entro no mérito, na condição de Deputado Estadual pelo Paraná, representando a Assembléia Legislativa deste Estado, pelo desrespeito que houve com a Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, uma vez que acho que a Mesa tem a sua idoneidade. Essa Mesa foi constituída pelo voto dos 54 Senhores Deputados que constituem este Poder Legislativo, independente de siglas partidárias. Quando se fere a Mesa deste Poder Legislativo, fere o Poder Legislativo, fere os Senhores Deputados.

É inadmissível que até ontem o ilustre Deputado Ferrari Júnior, líder do PRN, respeitava as decisões da Mesa dos Deputados, criando as Comissões Gerais e hoje o ilustre Deputado vem dizer ao Plenário, aos Senhores Deputados, que não tem validade a Comissão Geral da Assembléia Legislativa do Estado. Se fôssemos analisar o

aspecto jurídico, nós teríamos que anular todas as votações que aqui passaram através das Comissões Gerais. E quero dizer, Senhor Presidente, que todas as Comissões Gerais aqui constituídas pelos Senhores Deputados, que participaram dela, o maior respeito pelo Deputado Dirceu Silveira Manfrinato mais uma vez se joga lama, o respeito do Poder Legislativo do meu Estado, o Poder Legislativo a quem represento, o desejo sagrado da população do meu Estado pela primeira legislatura, pela segunda legislatura e caminhando para a terceira legislatura. Sei que aqui existem Deputados mais veteranos do que nós, mas acho que na história política do Paraná, pelo menos que presenciei, quero afirmar, meu caro Presidente, nunca esperava, como Deputados que somos, ver um ato atingido pelo Poder Judiciário, a quem também participei de muitas votações para aumento de desembargadores, juizes, funcionários públicos do Tribunal de Justiça respeitando as decisões também dos meus colegas Deputados. Entra nos Anais, também, na história da Assembléia Legislativa do Paraná, talvez até a falta de compreensão e a falta de respeito com a Assembléia Legislativa do Paraná.

Parabéns, Deputado Ferrari Júnior, Vossa Excelência que deixa este Poder, sabendo que não haveria possibilidade de retorno talvez pelas suas posições aqui dentro, parabéns por Vossa Excelência desmoralizar mais uma vez, por este Ato, a Assembléia Legislativa do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhor Deputado Ferrari Júnior requer da decisão da Mesa para o Plenário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, vou me retirar em protesto ao desrespeito que fizeram à Assembléia Legislativa do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós vamos discutir com a Liderança a ação legislativa que se toma a partir de agora, porque se a Comissão Geral da Assembléia não vale, se ela não substitui as Comissões, então mais de 80 municípios criados no Paraná também não podem ser criados e terão que ser anuladas estas leis, porque nem lei complementar ainda para desmembramento de municípios nós aprovamos na Casa. O Quadro de advogados do Estado, o Quadro do Tribunal de Justiça, todas as matérias votadas nesta Casa também carecem de ter passado por Comissão e de prazo legal. Nós vamos discutir a questão porque eu creio que a justiça tem um peso para a mesma medida, e possivelmente nós venhamos entrar, então, pe-

dindo o cancelamento, a anulação das leis e a paralização da tramitação de todos os projetos da Ordem do Dia em razão de não terem passado pelas Comissões e terem sido apreciados por Comissão Geral de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao nobre Deputado Caíto Quintana que o mandado de segurança impetrado se refere exclusivamente a tramitação orçamentária. O Senhor Deputado Ferrari Júnior requer da decisão da Mesa.

Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa da Presidência, de avocar a liminar para que a Mesa possa ela mesma se defender, conservem-se como estão. APROVADO. A Mesa vai se defender.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, antes de ser votada a Ordem do Dia, consulto Vossa Excelência sobre o Projeto n° 266/90 que estava na Ordem do Dia da última Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto foi retirado por cinco sessões, a requerimento do Deputado Algaci Túlio.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, não foi votado esse requerimento. O requerimento votado na última sessão, era exatamente sobre esta questão, e o requerimento do Deputado Algaci Túlio foi derrotado pelo Plenário, quando ele obteve o voto dele e do Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Realmente Vossa Excelência tem razão, o requerimento do Deputado Algaci Túlio não foi aprovado, e a Presidência que retirou, mas vai fazer voltar na segunda-feira.

O SR. RUBENS BUENO - Então, faço um apelo, Presidente, já que por uma questão de erro da Mesa, de segunda-feira, se colocar também, em virtude do regime de urgência, o projeto que trata dos royalties que é o Projeto n° 152/90, que é o projeto de autoria do Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esse projeto a Mesa vai examinar em que situação está, se estiver em condições, também vai para a Ordem do Dia.

O SR. RUBENS BUENO - Eu deixo o apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 498, 494 e 470/90. Prejudicado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 365 e 515/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 365/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR e dá outras providências. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 365/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado José Rogério Carvalho, dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequena e Média Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - F. P. R.

Procedida a sua análise, notamos o seu amplo alcance social e seu aspecto meritório em favor destas empresas, pois a muito urgem-se providências neste sentido.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

Aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal).

Dezoito Senhores Deputados responderam à chamada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há quórum para votação e sim para prosseguimento da sessão.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Pela ordem, Senhor Presidente.

Faço um apelo a Vossa Excelência no sentido da Mesa Executiva dar este parecer e entrar em entendimento com o Tribunal de Justiça, haja vista o entendimento de ambas as bancadas deste Poder com relação à aprovação das mensagens que constam da Ordem do Dia. Um fato isolado do Deputado Ferrari Júnior, evidentemente, não pode quebrar a hegemonia e o acordo feito pelas lideranças desta Casa.

Faço um apelo a Vossa Excelência e um apelo aos Senhores Deputados que tomem assento, marquem suas presenças nesta Casa e votemos. O que manda é a presença dos Senhores Deputados em plenário, independente de qualquer ato isolado deste ou daquele Deputado. Solicito a Vossa Excelência, caro Presidente Anibal Khury, que tome uma decisão o mais rápido possível para que, da decisão que foi tomada por todas as lideranças, inclusive com Vossa Excelência junto, possamos votar conscientemente, deliberadamente, a Ordem do Dia que estamos aqui para votar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 18 Senhores Deputados estão presentes. Não há quórum para votação. Infelizmente a Mesa não pode submeter a voto sem número.

O SR. EDUARDO BAGGIO - Senhor Presidente, pela ordem. Os Senhores Deputados estão presentes. Gostaria de fazer um apelo aos Deputados para que retornem em uma nova chamada nominal, para podermos votar. O caso do Tribunal de Justiça, na próxima segunda-feira, tenho certeza que estaremos votando.

Faço um apelo à bancada governista para que nesta segunda chamada nominal se faça presente, para que possamos votar a Ordem do Dia e, na segunda-feira, evidentemente votando em segunda discussão as matérias da mensagem do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que não há número para votar e não vai submeter a vo-

tó...

- O SR. EDUARDO BAGGIO - Solicito a segunda chamada, se Vossa Excelência permitir.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas Vossa Excelência está querendo que seja votada toda a matéria da Ordem do Dia?
- O SR. EDUARDO BAGGIO - A Ordem do Dia que consta aqui, menos aquela com mandado de segurança. É lógico!
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ai está certo. Mas eu não posso...
- O SR. EDUARDO BAGGIO - Vamos respeitar a decisão da Justiça. Requeiro a segunda chamada.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Atendo Vossa Excelência.
- O SR. EDUARDO BAGGIO - Faço um apelo aos Senhores Deputados para que votemos, por favor, e vamos entrar num entendimento. Vamos honrar o que decidimos e acertamos.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO - Solicito a Vossa Excelência, se possível, a suspensão da sessão por cinco minutos.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está suspensa a sessão por cinco minutos.
- O SR. DIRCEU MANFRINATO - Obrigado, Senhor Presidente.
- (É suspensa a sessão).
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.
A Mesa solicita às pessoas estranhas ao plenário que ocupem as galerias.
- 2ª Discussão e votação do Projeto de Lei n° 365/90.
Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, permaneçam como estão. **APROVADO**
- O SR. NEIVO BERALDIN - Verificação de votação, Senhor Presidente.
- O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Chamada nominal, Senhor Presidente.
- O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de proceder à chamada nominal, a Mesa quer informar ao Plenário que não é o pri-

meiro caso de concessão de liminar que esta Assembléia atende. Recentemente, o Deputado Artagão Mattos Leão recorreu ao Judiciário, de um projeto que estava tramitando na Assembléia, e o Desembargador-Relator concedeu também a liminar. Não é o primeiro caso; isto faz 15 dias. De modo que a Assembléia vai continuar mantendo a sua decisão de cumprir as ordens judiciais.

O SR. RUBENS BUENO - Eu testemunho também a favor da Presidência da nossa liminar também concedida para a votação da LDO que a Mesa cedeu...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado! A Mesa também cumpriu a decisão do Judiciário.

Vai-se proceder à verificação de votação ao Projeto de Lei...
Chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Responderam à chamada nominal dezenove (19) Senhores Deputados. Não há quórum para votação. Somente para prosseguimento da sessão.

Encerrada a discussão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 367/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ATLETICA SANTA MARIA, com sede e foro no município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 508/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA BACIA DO RIO DO CAMPO - RIOCAM, com sede e foro na cidade de Campo Mourão. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 515/90, de autoria dos Deputados SABINO CAMPOS e OUTROS, que extingue o FUNDO DE PREVIDÊNCIA PARLAMENTAR - FEPPA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL e EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO.
Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 520/90, de autoria do Deputado RUBENS BUENO...

NO, que declara de Utilidade Pública Estadual a SOCIEDADE CULTURAL PERU-BRASIL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 528/90, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE PARANAENSE DE PSICODRAMA - SPP, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

Encerrada a discussão.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 339/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que institui 1991 como o Ano dos Transplantes; cria a Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de serem Transplantados; fixa a data para realização do Encontro Estadual sobre Transplantes; determina a promoção de concurso de reportagem e monografias e dá outras providências. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 339/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Algaci Túlio, objetiva instituir 1991 como o "Ano dos Transplantes", criar a "Cruzada de Doação de Órgãos Passíveis de serem Transplantados" e fixar a data para a realização do "Encontro Estadual sobre Transplantes", determinando também a promoção de concurso de reportagens e monografias e dá outras providências.

Procedida à análise legal e constitucional nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do plano de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 368/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro no Município de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 368/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Cândido Bastos, tem por finalidade a declarar de Utilidade Pública à Associação dos Deficientes de Guarapuava, com sede e foro naquele Município.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do presente plano de lei, notamos a sua conformidade com a Lei n.º 6.994 que regula normas para a declaração de Utilidade Pública, sendo que nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa..

Nestas condições, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em exame.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 488/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, ensino de 1.º Grau no Município de Japira. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Encerrada a discussão.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N.º 488/90

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Caíto Quintana, objetiva autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Cenecista Marechal Arthur da Costa e Silva, ensino de 1.º grau, no Município de Japira.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional do presente plano de lei, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Sendo assim esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do plano de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 30.10.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

RENATO ADUR

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 309/89, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doaram, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua

morte, com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no DA. n. 99 de 08.11.89).

Sobre o referido projeto, Emenda Corretiva Modificativa, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA CORRETIVA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI N° 309/89

No parágrafo 5° do projeto de lei n. 309/89, onde se lê:

Art. 5° - Os doadores terão prioridade de atendimento à saúde

Leia-se:

Art. 5° - Os doadores terão assegurado o atendimento à saúde

Sala das Sessões, em 07.02.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoiamento:

Namir Piacentini, Leônidas Chaves, Valderi Mendes Vilela e Irondi Pugliesi.

JUSTIFICATIVA:

Mantendo o emprego da atual expressão "prioridade", incorreríamos em inconstitucionalidade, uma vez que é garantido a todos, sem distinção, atendimento à saúde através do Estado. Isso corrigido, evita-se prejuízo ao mérito do projeto. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 224/90, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial, com sede e foro nesta Capital. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 38 de 16.04.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 459/90, de autoria do Deputado CÂNDIDO BASTOS, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor OZEIL MOURA DOS SANTOS, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao país. Encerrada a discussão. (Public. no DA. n. 101 de 28.09.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 012/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 15/90), que ratifica o Convênio celebrado em 28.12.89, em Brasília-DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidade Rurais, especificamente na construção de linhas de eletrificação rural nos Municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 015/90,

de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 18/90), que ratifica o Convênio celebrado em 16.01.90, entre o Estado do Paraná, o Município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 16/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 19/90), que ratifica o Termo de Revigoração, em 29 de dezembro de 1989 do Convênio celebrado em 25.05.89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando apoio na realização do I Simposium Internacional Positivismo x Humanismo, aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 026/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 29/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI objetivando a realização dos cursos que especifica. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 055/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 88/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores aneróbicos para o tratamento de esgoto e produção de gás metano. Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 057/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 93/90), que ratifica o Convênio celebrado em 29.12.89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICIA, objetivando a realização, pela Faculdade de curso de "Produção de Textos". Encerrada a discussão.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n. 062/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 100/90), que ratifica os Convênios celebrados em 29.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SUCEAM - e os Municípios que especificam objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios. Encerrada a discussão.

Proposta de Lei Orçamentária para 1991, Projeto de lei n. 590, dia 05/11, abertura de prazo para emendas.

15/11 - encerramento do prazo.

22/11 - numeração, classificação e publicação.

01/12 - parecer. Os Senhores Deputados poderão retirar formulários próprios para Emendas, instruções para preenchimento e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como as demais informações na sala 427, prédio da administração, além do que a Mesa encaminhará a cada gabinete essas instruções.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.

367, 508, 515, 520 e 528/90.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 266/90.

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 339, 365, 368 e 488/90.

EM VOTAÇÃO

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 309/89, 224 e 459/90.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições ns. 012, 015, 016, 026, 055, 057 e 062/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 152/90.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 341/90.

Levanta-se a sessão.